



RELATÓRIO DE ATIVIDADES
REALIZADAS PELA UNIDADE DE
CONTROLE INTERNO
(RELACI)
(OTIMIZADO)

CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
PRESIDENTE KENNEDY

(CONTAS DE GESTÃO)

TABELA 37 - IN 43/2017 - ANEXO III

Exercício 2018



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

Amanda Quinta Rangel

Prefeita Municipal

Dorlei Fontão

Vice-Prefeito Municipal

Edilene Paz dos Santos

Controladora Geral

Página 2 de 22



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
1.1 QUADRO DE PESSOAL.....	7
2. ATIVIDADES PREVISTAS PARA EXERCÍCIO 2018.....	8
2.1 ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA	9
2.1.1 DA AUDITORIA NA CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY ...	10
2.1.2 DA AUDITORIA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	11
2.1.3 DA AUDITORIA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.....	14
2.1.4. DAS AÇÕES DE MONITORAMENTO PREVISTAS PARA EXERCÍCIO 2018.....	15
2.1.4.1 DO MONITORAMENTO NO PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO (PRODES/PK)	16
2.1.4.2. DO MONITORAMENTO NA AUDITORIA REALIZADA PELO TCEES NA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 011/2015.....	20
2.2 DAS ANÁLISES TÉCNICAS	Erro! Indicador não definido.
2.3 DO ACESSO À INFORMAÇÃO.....	Erro! Indicador não definido.
2.4 DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	Erro! Indicador não definido.
3. DOS PONTOS DE CONTROLE CONSTANTES NA TABELA REFERENCIAL 1 AVALIADOS PELA CONTROLADORIA GERAL NO EXERCÍCIO DE 2018	Erro! Indicador não definido.
3.1 ITENS DE ABORDAGEM PRIORITÁRIA.....	Erro! Indicador não definido.
3.2 ITENS DE ABORDAGEM COMPLEMENTAR	31
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34

1 INTRODUÇÃO

A Controladoria Geral do Município de Presidente Kennedy foi criada a partir da edição da Lei Municipal nº 1.076/2013, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 060/2013 e posteriormente alterada pela Lei Municipal nº 1.169/2015, tendo como missão garantir, mediante ações preventivas de orientação, a fiscalização e avaliação de resultados, o cumprimento das normas quanto à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e dos princípios fundamentais da Administração Pública, pautando-se pela ética e transparência.

A Controladoria Geral atua por meio de pareceres, alertas, instruções normativas, relatórios de auditoria, relatório anual do controle interno sobre a prestação de contas anual, ou até mesmo recomendações informais que corrigem possíveis falhas, vícios ou deficiências operacionais detectadas nas Secretarias Municipais.

Assim sendo, elaboramos o **Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI)** referente ao **exercício de 2018**, aprovado através do **Decreto Municipal nº 0047/2018**, que consistiu na execução das atividades de auditoria no âmbito do Poder Executivo e Legislativo Municipal, em conformidade com as ações de auditoria já definidas e que serão desenvolvidas pela Controladoria Geral, conforme determinação contida na Resolução TC nº 227/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Isto posto, diante da necessidade de estabelecer um planejamento adequado dentro das possibilidades e estrutura da Controladoria Geral, em atendimento à competências e responsabilidades previstas na norma legal, o **Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI)** referente ao **exercício de 2018** foi elaborado com enfoque nas seguintes áreas: agricultura, compras, licitações e contratos, saúde, assistência social e administração geral do Poder Executivo, e nas áreas de compras, licitações, contratos e concessão de diárias do Poder Legislativo Municipal, e teve por escopo a realização de auditorias nos Sistemas Administrativos de Controle Interno, constantes pelo art. 3º, do Decreto Municipal nº 60/2013, baseando-se nas rotinas descritas nas Instruções Normativas de cada



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

Unidade Executora, bem como naqueles sistemas em que foram observados índices de riscos, materialidade e vulnerabilidade.

Desta feita, as atividades referidas no Plano Anual de Auditoria Interna possuem a finalidade de avaliar o cumprimento das Instruções Normativas editadas que compõem o Sistema de Controle Interno Municipal, realizando, inclusive, verificações de conformidade junto aos servidores que as utilizam com vistas ao aprimoramento das normas e processos garantindo maior eficácia da Gestão de tal forma que os recursos públicos possam ser utilizados para garantir serviços de qualidade para a população.

Os procedimentos e as técnicas de auditoria utilizadas foram aqueles definidos como conjunto de averiguações (auditorias) que permitiram obter evidências e/ou conjunto probatório necessário e adequado para verificar o correto cumprimento das leis e normas que lhe regulamentam, o que culminou na formulação e fundamentação de Relatório Final de Auditoria emitido pela Controladoria Geral do Município, que objetiva minimizar os riscos inicialmente detectados, sendo posteriormente, dado conhecimento a Unidade Executora auditada e ao Chefe do Poder Executivo e/ou Legislativo.

Na seleção dos sistemas auditados foram considerados os aspectos da **materialidade, relevância, vulnerabilidade, riscos, ocorrências pretéritas** (falhas, erros e outras deficiências anteriores), observância dos princípios basilares da Administração Pública e, ainda, as manifestações/recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) em processos pertinentes ao Município e aqueles que possuem normatizações implementadas.

Deste modo, as auditorias foram realizadas visando mitigar os riscos levantados em cada fase dos procedimentos disciplinados, verificando se estão sendo cumpridos sistematicamente os controles existentes, com emissão, ao final, de relatório objetivando orientar a Administração Municipal.



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

Além das ações de auditoria em processos administrativos, em paralelo, a Controladoria Geral editou e implantou novas Instruções Normativas, visando normatizar ações de controle e procedimentos a serem adotados objetivando a padronização na execução de atividades administrativas.

Importante ressaltar que, a execução das atividades inicialmente planejadas por esta Controladoria Geral quanto ao Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) referente ao exercício de 2018, restou prejudicado pelo fato da quantidade reduzida de servidores lotados na Controladoria Municipal, vez que a Controladoria Geral pretendeu realizar **Processo Seletivo Conjunto SEMFAZ/CGM nº 001/2018**, cujo objetivo era estruturar a Controladoria Geral Municipal, na contratação de 02 Auditores Municipais, entretanto, **a seleção foi Suspensa em virtude de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo.**

Além, do surgimento de demandas no curso do exercício, que foram inseridas posteriormente ao Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) de 2018, em especial quanto a necessidade de proceder ao disposto em Parecer Jurídico apensado aos processos n.º 11.383/2017 e 19.917/2017, que apontou inconsistências especialmente quanto as divergências entre a interpretação das leis e a prática administrativa das cessões de servidores neste Município, sendo necessário realizar Auditoria em todos os processos de cessões de servidores celebradas pelo Município de Presidente Kennedy e outros órgãos Estaduais e Municipais, sendo a Auditoria pautada na análise dos critérios de legalidade e regularidade dos processos de cessão, e que ao final resultou na elaboração de medidas recomendatórias no sentido de regulamentar a cessão de servidores e sanar as falhas existentes.

Desta feita, cuidamos de replanejar as atividades de auditoria para o exercício de 2018, devido aos fatos supervenientes supra relatados. Assim alteramos e readequamos o PAAI 2018 para constar somente as atividades que seriam passíveis de execução, tendo em vista o curto prazo remanescente e as demandas ordinárias da Controladoria Geral, conforme consta do Ofício CGM nº 229/2018.



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

1.1 QUADRO DE PESSOAL

No exercício 2018, o quadro de servidores pertencentes a Controladoria Geral, esclarecemos que atualmente a Controladora Geral, nomeada em 27 de setembro de 2018, por meio do Decreto 058/2018, atua com o auxílio de uma Assessora Técnica, nomeada em 1308/2018, por meio do Decreto 040/2018, na realização das atribuições específicas do Setor, sendo a Controladoria Geral Municipal composta atualmente por 02 servidores.

Conforme exposto, a Controladoria Geral pretendeu realizar Processo Seletivo Conjunto SEMFAZ/CGM nº 001/2018, com a finalidade de estruturar a Controladoria, na contratação de 02 Auditores Municipais, ocorre que, a seleção foi suspensa em virtude de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Assim, com a escassez de pessoal, o Controlador Geral muitas vezes atua, além das suas funções, também, como técnico.

Destacamos que com a desconcentração administrativa, Lei Municipal nº 1.356/2017, esta Controladoria Geral tem a obrigatoriedade de emitir 03 (três) RELUCI, 1 (um) RELOCI, 03 (três) RELACI, totalizando 07 (sete) Relatórios a serem enviados por parte do órgão de controle interno - Controladoria Geral ao TCEES.

2. ATIVIDADES PREVISTAS PARA EXERCÍCIO 2018

Observe-se que o Plano Anual de Auditoria Interna do exercício de 2018 aprovado pelo Decreto Municipal nº 47/2018, previu inicialmente ações de auditoria em 05 áreas distintas, a saber: 1) Concessão de benefícios aos produtores rurais pela Secretaria Municipal de Agricultura; 2) Análise dos processos de compras, licitações, contratos da Câmara Municipal de Presidente Kennedy; 3) Análise dos processos de concessão de diárias da Câmara Municipal de Presidente Kennedy; 4) Monitoramento das recomendações propostas na Auditoria realizada no exercício de 2017 no Programa Municipal de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico (PRODES/PK); 5) Monitoramento das Recomendatórias propostas na auditoria realizada pelo TCCES na Concorrência Pública nº 011/2015.

Entretanto, diante dos fatos supervenientes, inesperados e não planejados por esta Controladoria Geral relatados no Capítulo anterior, algumas Auditorias tiveram que ser interrompidas momentaneamente, o que resultou em promover alteração e readequação do PAAI 2018 para constar somente as atividades que seriam passíveis de execução, tendo em vista o curto prazo remanescente e as demandas ordinárias da Controladoria Geral.

Desta forma, passamos a direcionar as atividades do controle interno com vistas a cumprir as ações discriminadas nas alterações propostas no novo PAAI 2018, a saber:

- Auditoria na Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca, no que tange a concessão de benefícios aos produtores rurais do Município de Presidente Kennedy;
- Auditoria na Câmara Municipal de Presidente Kennedy, no que tange a análise dos processos de concessão de diárias;
- Auditoria na Secretaria Municipal de Administração, Direção de Recursos Humanos, no que tange a regularidade e legalidade no processo de cessão dos servidores públicos cedidos ao Município de Presidente Kennedy;

- Ações de monitoramento nas recomendações propostas pela Auditoria realizada no exercício de 2017 no Programa Municipal de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico (PRODES/PK);
- Ações de Monitoramento das Recomendatórias propostas pela Auditoria realizada pelo TCCES na Concorrência Pública nº 011/2015.

2.1 DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA

O **novo PAAI 2018**, cujas alterações foram propostas por meio do Ofício CGM nº 229/2018, protocolado sob o nº 27.691/2018, foi alterado e readequado para constar somente as atividades que seriam passíveis de execução no exercício de 2018, tendo em vista o curto prazo remanescente e as demandas ordinárias da Controladoria Geral, no qual foram estabelecidas **ações em apenas 05 áreas específicas**:

- 1) análise dos processos de concessão de diárias do Poder Legislativo Municipal;
- 2) concessão de benefícios aos produtores Rurais pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca;
- 3) análise quanto a regularidade e legalidade no processo de cessão dos servidores públicos cedidos ao Município de Presidente Kennedy;
- 4) Monitoramento das recomendações propostas na Auditoria realizada no exercício de 2017 no Programa Municipal de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico (PRODES/PK);
- 5) Monitoramento das Recomendatórias propostas na auditoria realizada pelo TCCES na Concorrência Pública nº 011/2015.

Informamos que as áreas de auditoria supramencionadas foram selecionadas levando-se em consideração os aspectos da materialidade, relevância, vulnerabilidade, riscos, ocorrências pretéritas (falhas, erros e outras deficiências anteriores), observância dos princípios basilares da Administração Pública, e ainda as manifestações/recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito

Santo (TCEES) em processos pertinentes ao Município e aqueles que possuem normatizações implementadas.

Deste modo, as auditorias realizadas visaram mitigar os riscos levantados em cada fase dos procedimentos disciplinados, verificando se estão sendo cumpridos sistematicamente os controles existentes, com emissão, ao final, de relatório objetivando orientar a Administração Municipal.

2.1.1 Da Auditoria na Câmara Municipal de Presidente Kennedy

Área Auditada:	Câmara Municipal de Presidente Kennedy.
Escopo:	As verificações e análises foram realizadas utilizando-se como referência 07(sete) processos de concessão de diárias, e a confrontação destes as normas que regulamentam a concessão de diárias aos servidores e vereadores, Resolução CMPK nº 036/2012.
Período:	Início em março/2018 a junho/2018
Equipe:	02 servidores
Objetivo:	Verificar o cumprimento dos requisitos legais para a concessão de diárias aos servidores e vereadores da Câmara Municipal de Presidente Kennedy.
Metodologia:	Os exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria, conforme orientações contidas no Manual de Auditoria do Tribunal de Contas do Espírito Santo.
Constatações:	Esta auditoria resultou em 05 (cinco) constatações/recomendações, que constam integralmente nos autos do processo administrativo nº 8621/2018, que já estão sendo cumpridas.
Conclusão:	A Controladoria Geral recomendou ao (s) Presidente da Câmara Municipal de Presidente Kennedy a correta aplicação dos dispositivos previstos na Resolução CMPK nº 036/2012 e sugeriu a regularização dos atos que tenham sido praticados em desacordo com a norma legal.

Quanto à auditoria concessão de diárias aos servidores e Vereadores da Câmara Municipal de Presidente Kennedy, registramos que em março/2018 iniciamos as ações necessárias para a obtenção de informações junto à Câmara Municipal de Presidente Kennedy e, através da circularização do Ofício CGM nº 030/2018 protocolado em 06/03/2018 sob o nº 448/2018, solicitamos que nos fossem disponibilizados o quantitativo total de despesas com diárias de TODOS os servidores desta Egrégia Câmara, referente ao exercício do ano de 2016 e 2017, bem como, o envio físico de todos os processos de diárias, processos de



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

pagamento e suas referidas prestações de contas e cópia de todas as leis e normas que regulamentam a concessão de diárias aos servidores do Poder Legislativo Municipal.

Assim, a Câmara Municipal de Presidente Kennedy prontamente encaminhou toda a documentação solicitada e em todo tempo se mostrou disponíveis e solícita em contribuir com a atuação da Controladoria Geral.

Por conseguinte, analisamos minuciosa e detalhadamente toda documentação disponibilizada e em **junho/2017** elaboramos o **Relatório Preliminar de Auditoria nº 001/2018**, no qual mencionamos alguns achados detectados e encaminhamos a Câmara Municipal de Presidente Kennedy para manifestação.

Após a Defesa Prévia e justificativa apresentada para cada achado detectado pelo Responsável pela Câmara Municipal de Presidente Kennedy, foi verificada a subsunção legal de cada argumento e emitida conclusão no **Relatório Conclusivo de Auditoria nº 001/2018**, elaborado em **junho/2018**, no qual a Controladoria Geral expediu recomendações que entendeu como necessárias.

Destacamos que de acordo com a amostra analisada na auditoria realizada, verificou-se o cumprimento/atendimento dos critérios estabelecidos na Resolução nº 036/2012 e que a documentação pertinente está sendo anexada aos autos de solicitação e concessão de diárias, entretanto, houve a sugestão de que todos os processos de solicitação/concessão de diárias, sejam instruídos com as cópias dos respectivos de cheques do montante entregue ao servidor/Vereador para o evento solicitado, comprovando assim o devido recebimento do mesmo

2.1.2 Da Auditoria na Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca

Área Auditada:	Secretaria Municipal de Agricultura.
Escopo:	As verificações e análises foram realizadas utilizando-se como

	referência a legislação municipal que regulamenta a concessão de benefícios ao produtor rural.
Período:	Início em dezembro/2017.
Equipe:	02 servidores
Objetivo:	Verificar o cumprimento dos requisitos legais para a concessão de benefícios aos produtores rurais.
Metodologia:	Os exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria, conforme orientações contidas no Manual de Auditoria do Tribunal de Contas do Espírito Santo.
Constatações:	Esta auditoria resultou em 09 (nove) constatações/recomendações, que constam integralmente nos autos do processo administrativo nº 26.808/2017, que já estão sendo cumpridas.
Conclusão:	A Controladoria Geral recomendou a(s) Secretária Municipal de Secretária Municipal de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca e aos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável a correta aplicação dos dispositivos previstos na Lei 1.1002013 e 1.103/2013 e nas Resoluções do CMDRS , sugeriu a regularização dos atos que tenham sido praticados em desacordo com a norma legal, além da uniformização dos procedimentos de concessão de benefícios aos produtores rurais.

No que se refere à auditoria na Secretaria Municipal de Agricultura registramos os trabalhos de Auditoria foram instruídos no ano de 2017, entretanto, não possível sua conclusão antes da elaboração do relatório para envio na Prestação de Contas Anual do exercício de 2017. Desta feita, a conclusão das atividades de auditoria iniciadas na Secretaria ocorreu no exercício de 2018.

Assim, quanto ao procedimento de auditoria, registramos que os trabalhos foram iniciados em setembro de 2017 até dezembro de 2018, iniciamos as ações necessárias para a obtenção de informações junto à Secretaria e, através da circularização do Ofício CGM nº 124/2018 protocolado em 20/09/2017 sob o nº 23.511/2017, em que elaboramos perguntas pertinentes aos critérios legais previstos nas normas que regulamentam a concessão de benefícios a produtores rurais, bem como, o envio de relação de beneficiados por cada programa, e cópia de todas as leis e normas que regulamentam a concessão dos benefícios as produtores rurais do Município de Presidente Kennedy.

Assim, através do processo 26.808/2017, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável encaminharam as documentações, sendo

necessário o envio de mais documentos para melhor instruir o procedimento de auditoria.

Desta forma, analisamos minuciosa e detalhadamente toda documentação disponibilizada e em **junho/2018** elaboramos preliminarmente parecer, afim de esclarecer alguns pontos controvertidos e solicitar mais informações. Após o reenvio da documentação solicitada, em novembro 2018, enviamos o **Relatório Preliminar de Auditoria nº 002/2017**, no qual mencionamos alguns achados detectados e encaminhamos a Secretária Municipal de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca e aos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável para manifestação.

Após as Defesas Prévias apresentadas por todos e as justificativas apresentadas por cada achado detectado, foram analisados e verificada a subsunção legal de cada argumento e emitida conclusão inserta no **Relatório Conclusivo de Auditoria nº 002/2017**, elaborado em **fevereiro/2019**, no qual a Controladoria Geral expediu as recomendações que entendeu como necessárias para cumprimento das demandas e incluiu o Programa de Concessão de Benefícios aos Produtores Rurais do Município de Presidente Kennedy em fase de monitoramento a fim de acompanhar o cumprimento das recomendações.

Assim, a Secretária Municipal de Desenvolvimento da Agricultura e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável ficaram responsáveis pela realização de diversas ações e cumprimento das demandas recomendadas, bem como pela comunicação à Controladoria Geral quanto ao cumprimento de cada item recomendado (é que chamamos de *follow up*, que é a atividade inerente aos trabalhos de auditoria, que objetiva verificar o cumprimento das recomendações relatadas e implantação dos processos de melhoria necessários).

Registramos, oportunamente, que todos os processos administrativos, Relatórios Preliminares e Conclusivos, planilhas, dentre outros documentos analisados estão à disposição desta Corte de Contas na Controladoria Geral para quaisquer esclarecimentos e/ou informações que fizerem necessárias.

2.1.3. Da Auditoria na Secretaria Municipal de Administração

Área Auditada:	Secretaria Municipal de Administração.
Escopo:	As verificações e análises foram realizadas utilizando-se como referência a legislação municipal que regulamenta a cessão de servidores públicos municipais.
Período:	Início em março/2018.
Equipe:	Controladora Geral.
Objetivo:	Verificar o cumprimento dos requisitos legais para os procedimentos de cessão de servidores públicos municipais ao Município de Presidente Kennedy.
Metodologia:	Os exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria, conforme orientações contidas no Manual de Auditoria do Tribunal de Contas do Espírito Santo.
Constatações:	Esta auditoria resultou em 07 (sete) constatações/recomendações, que constam integralmente nos autos do processo administrativo nº 12.526/2018, que já estão sendo cumpridas.
Conclusão:	A Controladoria Geral recomendou a(s) Secretaria Municipal de Administração e Diretoria Geral de Recursos Humanos a correta aplicação dos dispositivos previstos na Lei complementar nº 03/2009 e sugeriu a regularização dos atos que tenham sido praticados em desacordo com a norma legal, além da uniformização dos procedimentos de cessão por meio de elaboração de Instrução Normativa.

Quanto à auditoria nos processos de cessão dos servidores públicos cedidos ao Município de Presidente Kennedy, registramos que em março/2018 iniciamos as ações necessárias para a obtenção de informações junto à Diretoria Geral de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy e, através da manifestação emitida em Processo Administrativo nº 11.383/2017, em que solicitamos a disponibilização de todos os processos físicos originais, bem como documentos, processos de cessão, ficha financeira, referente a três servidora para a realização de auditoria por amostragem.

Ocorre que, para melhor instrução processual, vez que havia outro processo com mesma finalidade, direcionamos toda a atuação de auditoria para o processo Administrativo nº 12.526/2018.

Assim, a Diretoria Geral de Recursos Humanos de Presidente Kennedy encaminhou toda a documentação solicitada.

Por conseguinte, analisamos minuciosa e detalhadamente toda documentação disponibilizada e em **dezembro/2018** elaboramos o **Relatório Preliminar de Auditoria nº 002/2018**, no qual mencionamos alguns achados detectados e encaminhamos a Secretaria Municipal de Administração e Diretoria Geral de Recursos Humanos de Presidente Kennedy para manifestação.

Após a Defesa Prévia e justificativa apresentada para cada achado detectado pela Responsável pela Direção de Recursos Humanos do Município de Presidente Kennedy, foi verificada a subsunção legal de cada argumento e emitida conclusão no **Relatório Conclusivo de Auditoria nº 001/2018**, elaborado em **janeiro/2019**, no qual a Controladoria Geral expediu recomendações que entendeu como necessárias.

Destacamos que de acordo com a amostra analisada na auditoria realizada, verificou-se a descumprimento dos critérios estabelecidos na legislação Municipal quanto aos procedimentos adotados nos casos de cessão de servidores cedidos ao município de Presidente Kennedy, sendo recomendado medidas no sentido de regulamentar a cessão de servidores e saneadoras quanto aos achados encontrados.

Assim, a Secretaria Municipal de Administração e Diretoria Geral de Recursos Humanos ficaram responsáveis pelo cumprimento das demandas recomendadas, devendo comunicar à Controladoria Geral quanto ao cumprimento de cada item recomendado (é que chamamos de *follow up*, que é a atividade inerente aos trabalhos de auditoria, que objetiva verificar o cumprimento das recomendações relatadas e implantação dos processos de melhoria necessários).

2.1.4. Das Ações de Monitoramento Previstas para Exercício 2018

O **monitoramento** tem por objetivo verificar o cumprimento das deliberações exaradas pelos órgãos de controle externo – Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal – e pelo órgão de controle interno – Controladoria Geral do Município – bem como acompanhar os resultados decorrentes das auditorias já realizadas e quantificar, sempre que possível, os **benefícios efetivos** delas decorrentes.

Assim sendo, neste capítulo mencionaremos as atividades de monitoramento que foram realizadas no exercício de 2018 tendo em vista as auditorias realizada(s) no(s) exercício(s) anteriores pelos órgãos de controle externo e pela própria Controladoria Geral do Município.

2.1.4.1 Das Ações de Monitoramento das Recomendações propostas na Auditoria realizada no exercício de 2017 no Programa Municipal de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico (PRODES/PK)

No exercício de 2017, foi realizada Auditoria acerca da concessão de bolsas de estudo por meio do Programa Municipal de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico (PRODES/PK) a população do Município de Presidente Kennedy, e que ao final por meio do **Relatório Final de Auditoria** 001/2017, esta Controladoria Geral expediu as recomendações que entendeu como necessárias e assinalou diversos prazos para cumprimento das demandas além de incluir o Programa Municipal de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico (PRODES/PK) em fase de monitoramento a fim de acompanhar o cumprimento das recomendações.

Desta forma, foi elaborada tabela, com as recomendações e prazos para o cumprimento, conforme discriminado abaixo:

ITEM	RECOMENDAÇÃO	PRAZO
01	Elaboração de <u>PROJETO DE LEI DE ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 638/2005</u> com vistas a adequar e regulamentar a norma às necessidades atuais do Programa, no qual deverão ser contemplados todos os aspectos pontuados na “Matriz de	IMEDIATO

	Achados de Auditoria”, a fim de estabelecer em lei conceitos objetivos, requisitos específicos e definir pontualmente documentos a serem apresentados pelos Requerentes.	
02	Elaboração de ESTUDO TÉCNICO o qual deverá fazer levantamento de dados socioeconômicos da população kennedense e do mercado de trabalho local a fim de priorizar áreas voltadas ao desenvolvimento estratégico do Município de Presidente Kennedy, o qual definirá as áreas de ensino que serão prioritárias bem como o quantitativo de vagas ofertadas para cada curso	06 MESES
03	Definição de QUANTITATIVO DE VAGAS PARA CADA CURSO de nível técnico, de graduação e de pós-graduação conforme dados obtidos no estudo técnico.	06 MESES
04	Imediata e urgente REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO VOCACIONAL , cuja exigência consta prevista na Lei Municipal nº 638/2005 desde ano de 2014, entretanto, até a presente não foi regulamentada pela Secretaria Municipal de Educação.	04 MESES
05	A Comissão do PRODES, sob a supervisão da Secretária Municipal de Educação, deverá realizar a REAVALIAÇÃO DOCUMENTAL DE TODOS OS BENEFICIÁRIOS ATUALMENTE INSERIDOS NO PRODES como condição de manutenção das referidas bolsas de estudo, a fim de verificar a continuidade dos requisitos legais, do desempenho acadêmico e das condições pessoais do Bolsista que lhe possibilitaram a concessão inicial, de modo que os Bolsistas que não se enquadrarem INTERGRALMENTE nos requisitos da lei deverão ser imediatamente desligados do Programa, vedado seu reingresso.	IMEDIATO
06	Tornar OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA na residência de todos os Requerentes que pleitearem bolsas de estudo por parte da Comissão do PRODES, a qual deverá resultar na elaboração de Laudos de Visita Técnica contendo informações técnicas acerca da veracidade das declarações prestadas no ato da inscrição, de modo que tais Laudos devem mencionar os dispositivos legais que foram ou não cumpridos, devem ser acompanhados de relatório fotográfico, ser assinados por todos os membros da Comissão.	IMEDIATO
07	Tornar OBRIGATÓRIA A ELABORAÇÃO DE ATA EM TODAS AS REUNIÕES DA COMISSÃO , em especial das reuniões que tratarem de concessão das bolsas de estudo, mencionando nominalmente todas as pessoas que tiveram as bolsas DEFERIDAS e INDEFERIDAS.	IMEDIATO
08	Estabelecer os MESMOS REQUISITOS E CONDIÇÕES DE ACESSO AO BENEFÍCIO PARA TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO (técnico, graduação e pós-graduação), especialmente no que se refere aos cursos de graduação em medicina e odontologia, posto que vislumbramos tratamento legal diferenciado aos bolsistas, o que representa violação ao princípio da isonomia.	IMEDIATO
09	Fiscalizar e CONTROLAR A FREQUÊNCIA DE TODOS OS BOLSISTAS , os quais não podem obter faltas injustificadas além do quantitativo máximo estabelecido por cada Instituição de Ensino, de modo a violação desta regra deverá ensejar o desligamento do Programa, vedado seu reingresso, e devolução de todo valor pago pela Municipalidade com o curso.	IMEDIATO
10	Fiscalizar e EXIGIR A CADA SEMESTRE/ANO A APRESENTAÇÃO dos seguintes documentos: “DECLARAÇÃO DE NÃO REPETENTE” E “DECLARAÇÃO DE DESEMPENHO SATISFATÓRIO” DE TODOS OS BOLSISTAS , e não poderá ocorrer o RECADASTRAMENTO SEMESTRAL/ANUAL do Beneficiário sem a apresentação destes documentos, os quais comprovam o desempenho acadêmico do aluno bolsista e	IMEDIATO

	auxilia o controle do Programa exercido pela Comissão do PRODES.	
11	<p>Normatizar a fim de que as FICHAS DE INSCRIÇÃO JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO CUMPRIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS LEGAIS SEJAM DEVIDAMENTE PROTOCOLIZADOS NO PROTOCOLO GERAL, de modo que o Requerente à bolsa deverá datar e assinar a ficha de inscrição bem como rubricar todas as folhas da documentação protocolada e os servidores do Protocolo Geral deverão autuar os autos, carimbar e rubricar todas as folhas e encaminhar os processos formalizados à Secretaria Municipal de Educação/PRODES.</p>	IMEDIATO

Desta feita, foi realizada a inclusão da demanda nas ações de monitoramento, a fim de acompanhar o integral cumprimento dos itens recomendados, cujas ações foram desenvolvidas ao longo do exercício de 2018.

Das recomendações feitas pela Controladoria Geral Municipal, inicialmente, evidenciou-se que por intermédio da **Lei Municipal de nº 1.367/2018**, houve a reformulação da **Lei Municipal nº 638/2005**, que Institui o Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior no Município de Presidente Kennedy - PRODES/PK, vez que alterou, incluiu e revogou alguns artigos, para que o procedimento de concessão das bolsas fosse adequado as necessidades atuais do Programa de Concessão de Bolsas de Estudos.

Restando ainda evidenciado, que algumas adequações devem ser feitas na Legislação, para fins de aperfeiçoamento quanto as normas de concessão das bolsas de Estudo, além de verificar que não houve a devida adequação na norma Regulamentadora do Programa, o **Decreto Municipal nº 08/2013**, tornando-se imprescindível que a norma seja reformulada nos moldes da **Lei Municipal nº 638/2005**, sendo para tal, foi circularizado Ofício CGM/PK nº 222/2018, processo nº 37.028/2018, no qual a Comissão pontuou que está adotando as medidas administrativas pertinentes quanto a revogação/reformulação da norma que regulamenta a **Lei Municipal nº 638/2005**.

Ademais, por meio do Ofício CGM/PK nº 081/2018, protocolado em 19/04/2018, processo nº 11.346/2018, houve a solicitação inicial de informações quanto ao cumprimento das demais recomendações feitas no **Relatório Conclusivo de**



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

Auditoria 001/2017, entretanto, não houve manifestação da Secretaria Municipal de Educação.

Posteriormente em 20/09/2018, por meio do Ofício CGM/PK nº 164/2018, processo nº 28.137/2018, houve reiteração ao CGM/PK nº 081/2018, solicitando informações quanto ao cumprimento das recomendações.

Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Educação e a Comissão de Avaliação e Controle do Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico do Município de Presidente Kennedy informaram que, quanto a Regulamentação da Atividade Educação Vocacional, já existe a implantação do Serviço de Orientação Profissional – SOP, realizado desde o ano 2017, sendo intensificado em 2018, com a implantação de várias atividades.

Ocorre que tal atividade prescinde de Regulamentação, nos moldes do art. 3º da Lei Municipal nº 638/2005, o que já se encontra em tramite através de processo nº 34.083/2018, que visa regulamentar a Atividade de Orientação Vocacional, sendo portanto, realizado o cumprimento da recomendação posta na **Relatório Conclusivo de Auditoria** 001/2017.

No que tange as recomendações de reavaliação documental de todos os beneficiários atualmente inseridos no Programa, a realização de diligências, a elaboração obrigatória de atas de reunião da Comissão, a implantação dos mesmos requisitos de acesso a todos os níveis de ensino, o controle de frequência realizado pela Comissão de todos os bolsistas e a exigência de que todos os pedidos sejam devidamente protocolados no Protocolo Geral, evidenciou-se que tais recomendações foram cumpridas, conforme constatou nos editais de seleção de nº 004/2018 e 006/2018, e nos relatórios anexos ao processo nº 28.137/2018.

Isto posto, a Secretaria Municipal de Educação juntamente com a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do PRODES/PK ficaram responsáveis pelo cumprimento das demandas recomendadas e que não foram cumpridas no ano de 2018, bem como pela comunicação à Controladoria Geral quanto ao cumprimento

de cada item recomendado (é que chamamos de *follow up*, que é a atividade inerente aos trabalhos de auditoria, que objetiva verificar o cumprimento das recomendações relatadas e implantação dos processos de melhoria necessários).

2.1.4.2. Do Monitoramento das Recomendações propostas na Auditoria realizada pelo TCEES na Concorrência Pública nº 011/2015

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo realizou Fiscalização neste Município face a Representação particular formulada contra indícios de irregularidades no âmbito da Concorrência Pública nº 011/2015, cujo objeto e a “REALIZAÇÃO DE OBRAS DE MELHORIAS OPERACIONAIS E PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA VICINAL MUNICIPAL DO TRECHO 1(integrante do Lote II): Estrada Leonel - Alegria, com extensão de 1,80 km”, sendo contratada a empresa CONSTRUTORA PREMOCIL LTDA.

Verificou a Corte de Contas que a referida contratação teve valor inicial da ordem de R\$ 2.495.739,78 (dois milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e trinta e nove reais e setenta e oito centavos), tendo sido aditivado em R\$ 606.279,82 (seiscentos e seis mil, duzentos e setenta e nove reais e oitenta e dois centavos), totalizando R\$ 3.102.108,53 (três milhões, cento e dois mil, cento e oito reais e cinquenta e três centavos).

Assim, após envio de **Decisão 00250/2018-8 proferida na 3ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara**, houve a solicitação do Gabinete para que providências fossem adotadas por esta Controladoria, frente as recomendações postas.

Desta feita, no exercício de 2018, foi realizada a inclusão da demanda nas ações de monitoramento, a fim de acompanhar o integral cumprimento das recomendações destacadas na Manifestação Técnica TC nº 01718/2017-7, por parte da Secretaria Municipal de Obras.

Por conseguinte, através da circularização por meio do Ofício CGM/PK nº 089/2018, protocolado em 09/05/2018, processo nº 13.092/2018, houve a

solicitação inicial de informações quanto ao cumprimento das recomendações feitas Manifestação Técnica TC nº 01718/2017-7.

Em resposta, a Secretaria Municipal de Obras, por intermédio do Fiscal do Contrato, o Sr. Diego Wagner, pontuou que o atraso da conclusão da obra ocorreu devido à demora nos procedimentos de desapropriação das áreas lindeiras, para a liberação das áreas marginais da estrada existente, vez que a desapropriação não ocorreu por meio de pagamento de indenização, mas sim em decorrência de benfeitorias nas áreas, justificando ainda o atraso ao curto prazo definido no projeto inicial da Obra.

Arguindo também sobre os fatores que ensejaram o aditivo no valor do contrato, que conforme relata, estão vinculados ao projeto executivo, vez que na fase de execução da obra, houve pequenas deficiências nas quantidades iniciais. Em sua manifestação o Engenheiro, fiscal da obra, pontua que o acréscimo no valor do contrato visou tão somente atender aos serviços de terraplanagem e drenagem faltantes para a realização da obra.

Ressaltando ainda que, a posição física do Contrato nº 312/2015 está plenamente coincidindo com a posição financeira, restando somente serem realizados os serviços de sinalização horizontal e vertical, colocação de tachas demarcatórias das faixas e colocação de defensas metálicas, entretanto, **por determinação do TCE-ES através da Manifestação Técnica nº 0159/2017-8 houve a retenção do valor de R\$ 733.325,68, ocasionando assim paralização total dos serviços.**

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consoante com os resultados apresentados neste relatório fica evidenciado que as atividades da Controladoria Geral Municipal da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy no ano de 2018, foram balizadas pelo compromisso de agregar valor à gestão das diversas áreas desta Administração Municipal e pelo cumprimento do



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

PAAI, atentando sempre para o cumprimento dos princípios que regem a atuação da administração pública.

Apesar dos fatos relevantes que impactaram as atividades ao longo do exercício financeiro, a auditoria interna cumpriu devidamente com as suas atribuições e competências no ano de 2018, ao assistir o Poder Executivo e Legislativo do Município na consecução de seus objetivos institucionais, ao propor melhorias na execução dos trabalhos nas diversas áreas, e ao sugerir soluções para as inconsistências detectadas, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança.

Além disso, cumpre anotar que na busca da realização da totalidade das ações planejadas, a colaboração das unidades auditadas foi essencial (na maioria das vezes, fazendo cumprir a prioridade legalmente garantida às solicitações de auditoria), para que esta pudesse cumprir com seu planejamento, consolidando, assim, sua função de auxílio no aprimoramento da gestão municipal.

Presidente Kennedy, 19 de março de 2019.

EDILENE PAZ DOS SANTOS
CONTROLADORA GERAL